

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
Total	265.806.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.954.632
Preferenciais	0
Total	7.954.632

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.653.326	2.528.973
1.01	Ativo Circulante	4.573	6.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.465	2.897
1.01.06	Tributos a Recuperar	62	25
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	39	3.277
1.01.08.03	Outros	39	3.277
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	0	3.277
1.01.08.03.05	Outros	39	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.648.753	2.522.773
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	1
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	1
1.02.02	Investimentos	2.648.753	2.522.772
1.02.02.01	Participações Societárias	2.648.753	2.522.772
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.648.753	2.522.772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.653.326	2.528.973
2.01	Passivo Circulante	173	145
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51	50
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51	50
2.01.02	Fornecedores	59	47
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59	47
2.01.03	Obrigações Fiscais	63	48
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	63	48
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	58	48
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	2	0
2.01.03.01.03	Outros	3	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.653.153	2.528.828
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-44.562	-49.375
2.03.02.04	Opções Outorgadas	36.445	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	456.001	494.677
2.03.04.01	Reserva Legal	28.426	28.426
2.03.04.10	Reserva para investimento	427.575	466.251
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	117.331	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	46.267	5.410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	19.724	116.989	42.400	120.946
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.029	-3.401	-992	-3.047
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.753	120.390	43.392	123.993
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.724	116.989	42.400	120.946
3.06	Resultado Financeiro	128	342	113	224
3.06.01	Receitas Financeiras	128	346	114	228
3.06.01.01	Receita financeira	128	346	114	228
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-4	-1	-4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.852	117.331	42.513	121.170
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.852	117.331	42.513	121.170
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.852	117.331	42.513	121.170
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,08000	0,46000	0,16000	0,47000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,08000	0,46000	0,16000	0,47000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	19.852	117.331	42.513	121.170
4.02	Outros Resultados Abrangentes	35.860	40.857	2.544	1.084
4.02.01	Ajustes acumulados na conversão de empresas no exterior	35.860	40.857	2.544	1.084
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.712	158.188	45.057	122.254

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	171	-2.866
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.059	-2.823
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo líquido	117.331	121.170
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-120.390	-123.993
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.230	-43
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-37	8
6.01.02.02	Outros ativos	3.239	-27
6.01.02.03	Fornecedores	12	-41
6.01.02.04	Impostos a recolher	15	10
6.01.02.06	Outros passivos	1	7
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	38.511	61.202
6.02.01	Adições ao investimento	40.079	64.819
6.02.03	Aplicações financeiras	-1.568	-3.617
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-38.676	-58.507
6.03.03	Pagamento de dividendos	-38.676	-40.000
6.03.04	Ações em tesouraria	0	-18.507
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6	-171
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	268
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7	97

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.676	0	0	-38.676
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.676	0	0	-38.676
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.331	40.857	158.188
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.331	0	117.331
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.857	40.857
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	40.857	40.857
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.813	0	0	0	4.813
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.813	0	0	0	4.813
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-44.562	456.001	117.331	46.267	2.653.153

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.507	-40.000	0	0	-58.507
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	121.170	1.084	122.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	121.170	0	121.170
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.084	1.084
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.084	1.084
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6.982	0	0	0	6.982
5.06.01	Constituição de Reservas	0	6.982	0	0	0	6.982
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-51.398	328.623	121.170	3.275	2.479.786

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-744	-755
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-744	-755
7.03	Valor Adicionado Bruto	-744	-755
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-744	-755
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	120.736	124.221
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	120.390	123.993
7.06.02	Receitas Financeiras	346	228
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.992	123.466
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	119.992	123.466
7.08.01	Pessoal	2.232	1.916
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.130	1.821
7.08.01.02	Benefícios	102	95
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	425	365
7.08.02.01	Federais	425	365
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4	15
7.08.03.01	Juros	0	3
7.08.03.03	Outras	4	12
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	4	12
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	117.331	121.170
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	117.331	121.170

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.613.281	3.171.062
1.01	Ativo Circulante	1.474.164	1.339.715
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	171.343	117.191
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.107.181	1.011.417
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.107.181	1.011.417
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.107.181	1.011.417
1.01.03	Contas a Receber	91.190	101.627
1.01.03.01	Clientes	91.190	101.627
1.01.04	Estoques	53.511	54.477
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.516	33.692
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.516	33.692
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	28.423	21.311
1.01.08.03	Outros	28.423	21.311
1.01.08.03.02	Outros	6.026	1.967
1.01.08.03.03	Créditos com parceiros	22.397	19.344
1.02	Ativo Não Circulante	2.139.117	1.831.347
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	219.054	56.650
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	128.378	0
1.02.01.01.03	Títulos mantido até o vencimento	128.378	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	75.221	27.916
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	75.221	27.916
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.880	19.392
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.880	19.392
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.534	4.878
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.534	4.878
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.041	4.464
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	3.810	2.654
1.02.01.09.05	Prêmio de seguro a amortizar	2.231	1.810
1.02.02	Investimentos	114.735	22.843
1.02.02.01	Participações Societárias	114.735	22.843
1.02.03	Imobilizado	1.175.762	1.121.384
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	398.387	433.763
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	777.375	687.621
1.02.04	Intangível	629.566	630.470
1.02.04.01	Intangíveis	629.566	630.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	625.723	625.723
1.02.04.01.02	Outros	3.843	4.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.613.281	3.171.062
2.01	Passivo Circulante	201.718	110.607
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.895	17.914
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.810	2.005
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.085	15.909
2.01.02	Fornecedores	51.656	35.199
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	51.656	35.199
2.01.02.01.01	Fornecedores	51.656	35.199
2.01.03	Obrigações Fiscais	103.861	26.313
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	94.243	15.499
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.555	938
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	14.755	13.383
2.01.03.01.03	Outros	1.599	1.178
2.01.03.01.04	Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas	68.334	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.881	4.739
2.01.03.02.01	ICMS	4.881	4.739
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.737	6.075
2.01.03.03.01	Royalties	3.368	3.236
2.01.03.03.02	Participação especial	1.278	2.514
2.01.03.03.03	Outros	91	325
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.524	387
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.524	387
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.524	387
2.01.05	Outras Obrigações	18.465	18.034
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	427	336
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	427	336
2.01.05.02	Outros	18.038	17.698
2.01.05.02.04	Outros	9.512	11.442
2.01.05.02.05	Seguros a pagar	8.526	6.256
2.01.06	Provisões	16.317	12.760
2.01.06.02	Outras Provisões	16.317	12.760
2.01.06.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	16.317	12.760
2.02	Passivo Não Circulante	758.410	531.627
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	365.739	250.528
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	365.739	250.528
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	365.739	250.528
2.02.02	Outras Obrigações	3.984	0
2.02.02.02	Outros	3.984	0
2.02.02.02.04	Fornecedores	1.484	0
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	2.500	0
2.02.04	Provisões	388.687	281.099
2.02.04.02	Outras Provisões	388.687	281.099
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono	388.687	281.099
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.653.153	2.528.828
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-44.562	-49.375

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02.04	Opções Outorgadas	36.445	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	456.001	494.677
2.03.04.01	Reserva Legal	28.426	28.426
2.03.04.10	Reserva para investimento	427.575	466.251
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	117.331	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	46.267	5.410

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	112.105	362.671	126.298	379.768
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.824	-164.333	-57.607	-174.540
3.03	Resultado Bruto	61.281	198.338	68.691	205.228
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.774	-71.056	-33.613	-110.067
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.714	-36.421	-12.594	-38.443
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.656	-33.836	-21.589	-71.612
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-7.938	-34.135	-21.589	-71.612
3.04.05.02	Outras operacionais líquidas	282	299	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-404	-799	570	-12
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.507	127.282	35.078	95.161
3.06	Resultado Financeiro	42.211	108.443	20.141	60.837
3.06.01	Receitas Financeiras	128.213	235.602	45.590	72.495
3.06.01.01	Receitas Financeiras	128.071	235.440	45.590	72.482
3.06.01.02	Varição Cambial ativa	142	162	0	13
3.06.02	Despesas Financeiras	-86.002	-127.159	-25.449	-11.658
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-354	-950	-11	-242
3.06.02.02	Varição cambial passiva	-85.648	-126.209	-25.438	-11.416
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	85.718	235.725	55.219	155.998
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.866	-118.394	-12.706	-34.828
3.08.01	Corrente	-64.237	-102.882	-13.439	-16.948
3.08.02	Diferido	-1.629	-15.512	733	-17.880
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.852	117.331	42.513	121.170
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	19.852	117.331	42.513	121.170
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	19.852	117.331	42.513	121.170
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,08000	0,46000	0,16000	0,47000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99.02.01	ON	0,08000	0,46000	0,16000	0,47000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	19.852	117.331	42.513	121.170
4.02	Outros Resultados Abrangentes	35.860	40.857	2.544	1.084
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior	35.860	40.857	2.544	1.084
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	55.712	158.188	45.057	122.254
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	55.712	158.188	45.057	122.254

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	442.036	271.308
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	251.379	277.519
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	117.331	121.170
6.01.01.02	Amortização e depreciação	75.047	87.065
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.512	17.880
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	10.465	4.747
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	211	32.198
6.01.01.06	Plano de opção de ação	4.813	6.982
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	-102.882	-16.948
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	3.557	3.064
6.01.01.11	Variação cambial sobre provisão para abandono	126.526	21.349
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	799	12
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	190.657	-6.211
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	10.437	-2.558
6.01.02.02	Impostos a recuperar	10.020	4.263
6.01.02.03	Outros ativos	-7.223	96.339
6.01.02.04	Fornecedores	14.034	-115.257
6.01.02.05	Impostos a recolher	181.766	27.472
6.01.02.06	Juros pagos	-9.953	-4.433
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.336	-9.974
6.01.02.08	Partes relacionadas	91	303
6.01.02.09	Outros passivos	-7.179	-2.366
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-507.900	-425.112
6.02.01	Caixa restrito	-47.305	-17.020
6.02.02	Aplicações financeiras	-224.142	-224.319
6.02.03	Pagamento de imobilizado	-143.539	-173.585
6.02.04	Pagamentos de intangível	-223	-1.688
6.02.05	Aumento de capital empresas exterior	-66.541	-7.476
6.02.06	Pagamentos de investimento	-26.150	-1.024
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	79.159	-58.507
6.03.03	Pagamento de financiamentos	117.835	0
6.03.04	Ações em tesouraria	0	-18.507
6.03.05	Pagamento de dividendos	-38.676	-40.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	40.857	1.084
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.152	-211.227
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	117.191	357.765
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	171.343	146.538

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828	0	2.528.828
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828	0	2.528.828
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.676	0	0	-38.676	0	-38.676
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.676	0	0	-38.676	0	-38.676
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.331	40.857	158.188	0	158.188
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.331	0	117.331	0	117.331
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.857	40.857	0	40.857
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	40.857	40.857	0	40.857
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.813	0	0	0	4.813	0	4.813
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.813	0	0	0	4.813	0	4.813
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-44.562	456.001	117.331	46.267	2.653.153	0	2.653.153

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057	0	2.409.057
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057	0	2.409.057
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.507	-40.000	0	0	-58.507	0	-58.507
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507	0	-18.507
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	-40.000	0	-40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	121.170	1.084	122.254	0	122.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	121.170	0	121.170	0	121.170
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.084	1.084	0	1.084
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.084	1.084	0	1.084
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6.982	0	0	0	6.982	0	6.982
5.06.01	Constituição de Reservas	0	6.982	0	0	0	6.982	0	6.982
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-51.398	328.623	121.170	3.275	2.479.786	0	2.479.786

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	600.311	653.601
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	456.481	478.919
7.01.02	Outras Receitas	291	1.097
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	143.539	173.585
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-233.440	-295.882
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-91.230	-122.580
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-130.324	-159.500
7.02.04	Outros	-11.886	-13.802
7.03	Valor Adicionado Bruto	366.871	357.719
7.04	Retenções	-75.181	-87.065
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.181	-87.065
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	291.690	270.654
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	234.975	72.470
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-799	-12
7.06.02	Receitas Financeiras	235.440	72.482
7.06.03	Outros	334	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	526.665	343.124
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	526.665	343.124
7.08.01	Pessoal	37.935	41.848
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.032	36.546
7.08.01.02	Benefícios	4.876	3.675
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.968	1.627
7.08.01.04	Outros	59	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	241.932	164.964
7.08.02.01	Federais	167.224	84.234
7.08.02.02	Estaduais	41.013	42.830
7.08.02.03	Municipais	33.695	37.900
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	129.467	15.142
7.08.03.01	Juros	354	156
7.08.03.02	Aluguéis	2.135	2.835
7.08.03.03	Outras	126.978	12.151
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	117.331	121.170
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	117.331	121.170

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

O terceiro trimestre de 2015 foi um período de realizações positivas para a QGEP. A capacidade de produção no Campo de Manati retornou ao patamar diário de 6,0 milhões de m³ com a finalização da construção e interligação da estação de compressão. Somado a isto, ainda no trimestre, também ocorreu a conclusão da perfuração dos poços de extensão da descoberta de Carcará e, em outubro, a participação bem-sucedida na 13ª Rodada de Licitações da ANP com a aquisição de dois blocos de alto potencial na Bacia de Sergipe-Alagoas.

Neste terceiro trimestre, a produção média no Campo de Manati totalizou 5,0 milhões de m³ por dia, já considerando a interrupção de 13 dias para interligação e comissionamento da estação de compressão de gás. Esse nível de produção foi superior aos 4,5 milhões de m³ por dia inicialmente previstos, refletindo tanto a maior produtividade do Campo como a demanda atual pelo gás de Manati. Em função das incertezas que envolvem as projeções econômicas para o Brasil, nossas expectativas iniciais para 2016 são de uma produção média de 5,7 milhões de m³ por dia, abaixo da capacidade de produção do Campo de 6,0 milhões de m³ por dia. Manati é um campo importante para o mercado de gás do Nordeste, já que se localiza próximo a grandes indústrias e oferece acesso a uma fonte estável de energia a custos competitivos. Na nossa visão, a produção mantendo-se nessa faixa ainda nos retorna margens EBITDA robustas, já incluindo os custos adicionais associados à estação de compressão.

As atividades de desenvolvimento seguem conforme planejadas. O FPSO contratado para a produção em Atlanta está em Rotterdam sendo customizado para se adequar às condições técnicas específicas do Campo. Além disso, nosso processo de licenciamento ambiental encontra-se em andamento junto ao IBAMA. Em outubro, assinamos um contrato com a Shell para a comercialização da nossa parte da produção do óleo do Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo. Esse acordo, com uma das maiores tradings globais de petróleo, conclui todo o processo necessário para a produção e monetização do óleo do SPA de Atlanta.

No Bloco BM-S-8, o Consórcio concluiu a perfuração de dois poços de extensão da descoberta de Carcará. Os dados de pressão de ambos os poços, Carcará Norte e Carcará Noroeste, indicou que se trata da mesma acumulação identificada pelo poço descobridor, localizado a 5 km de cada um dos poços de extensão. Carcará é uma acumulação de óleo leve, livre de contaminantes, em reservatórios do pré-sal, com uma coluna de óleo de pelo menos 530 metros. O contato óleo/água da acumulação ainda não foi identificado. Um teste de formação a poço revestido (TFR) foi iniciado em Carcará Norte para avaliar o reservatório e sua capacidade de produção, um importante passo na direção do desenvolvimento do Campo.

Reafirmamos o posicionamento único da QGEP no setor de Exploração e Produção no Brasil, com base em nossa expertise técnica, contínua otimização do nosso portfólio de ativos e disciplina financeira. Assim, estávamos preparados para, no início de outubro, adquirir direitos de participação em dois blocos na 13ª Rodada de Licitações da ANP. Estes blocos estão localizados em águas ultra profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, na qual outras seis descobertas de óleo de excelente qualidade estão em fase de delimitação. Sergipe-Alagoas é considerada uma bacia de baixo risco exploratório, onde já se tem produção estabelecida em águas rasas e profundas. Baseado nestes fatores, acreditamos que nosso investimento se deu em uma condição bastante favorável.

O terceiro trimestre foi mais um período de resultados financeiros positivos para a QGEP, com destaque para o EBITDAX que totalizou R\$61,9 milhões no período, mesmo com a menor produção em Manati. A Companhia continua a se distinguir pela qualidade de seus ativos e pelo rigor de suas práticas empresariais e financeiras. Essas características são essenciais em tempos desafiadores no ambiente de negócios. Continuamos cuidadosos e diligentes na abordagem de decisões de investimento, e atentos à oportunidades que podem gerar valor aos nossos acionistas.

Comentário do Desempenho

11 de novembro de 2015

Encerramos os primeiros nove meses de 2015 com uma base de ativos bem diversificada, que agora abrange nove importantes bacias brasileiras. Continuamos focados na entrega de resultados, neste e nos próximos anos, já que teremos um ativo adicional já produzindo em 2016, bem como os dados requeridos para avaliar a capacidade de produção da nossa descoberta de Carcará.

Desempenho Financeiro

Informações Financeiras Consolidadas (R\$ milhões)

	3T15	3T14	Δ%	9M15	9M14	Δ%
Lucro Líquido	19,9	42,5	-53,3%	117,3	121,2	-3,2%
Depreciação e amortização	18,3	29,0	-36,8%	75,0	87,1	-13,8%
(Receita financeira líquida)/ despesa	(42,2)	(20,1)	-109,6%	(108,4)	(60,8)	-78,2%
Imposto de renda e contribuição social	65,9	12,7	418,4%	118,4	34,8	239,9%
EBITDA⁽¹⁾	61,8	64,1	-3,5%	202,3	182,2	11,0%
Despesas de exploração de óleo e gás com poços secos ou sub-comerciais ⁽²⁾	0,1	1,2	-94,1%	9,4	33,0	-71,6%
EBITDAX⁽³⁾	61,9	65,3	-5,1%	211,7	215,2	-1,6%
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	55,2%	50,7%	8,7%	55,8%	48,0%	16,3%
Margem EBITDAX ⁽⁵⁾	55,2%	51,7%	6,9%	58,4%	56,7%	3,0%
Caixa Líquido ⁽⁶⁾	1.037,6	850,6	22,0%	1.037,6	850,6	22,0%
(Dívida Líquida)/EBITDAX	3,7	(5,5)	166,8%	3,7	(5,5)	166,8%

- ▶ EBITDAX reduziu 1,1% para R\$211,7 milhões, em função da redução na receita compensada, em parte, principalmente pelos menores gastos exploratórios, isto é, com aquisição e processamento de dados sísmicos no período, bem como pela redução nas despesas administrativas.

⁽¹⁾ O cálculo do EBITDA considera o lucro antes do imposto de renda, contribuição social, resultado financeiro e despesas de amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. Tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. É possível que outras empresas calculem o EBITDA de maneira diferente da empregada pela QGEP. Além disso, como medida da lucratividade da Empresa, o EBITDA apresenta limitações por não considerar certos custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos de maneira significativa, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP usa o EBITDA como um indicador complementar de seu desempenho operacional.

⁽²⁾ Despesas com exploração relacionadas a poços sub-comerciais ou a volumes não operacionais.

⁽³⁾ O EBITDAX é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais.

⁽⁴⁾ EBITDA dividido pela receita líquida.

⁽⁵⁾ EBITDAX dividido pela receita líquida.

⁽⁶⁾ O caixa líquido corresponde às disponibilidades e aplicações financeiras excluindo o endividamento total, que inclui empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo, bem como instrumentos financeiros derivativos. O caixa líquido não é medida reconhecida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as U.S. GAAP, as IFRS, bem como qualquer outro sistema de princípios contábeis geralmente aceitos. É possível que outras empresas calculem o endividamento líquido de maneira diferente da empregada pela QGEP.

Comentário do Desempenho

11 de novembro de 2015

Resultado Operacional

Demonstração dos Resultados e Destaques Financeiros (R\$ milhões)

	3T15	3T14	Δ 3T15/ 3T14 (%)	2T15	Δ 3T15 / 2T15 (%)	9M15	9M14	Δ 9M15/ 9M14 (%)
Receita líquida	112,1	126,3	-11,2%	124,6	-10,0%	362,7	379,8	-4,5%
Custos	(50,8)	(57,6)	11,8%	(56,8)	10,6%	(164,3)	(174,5)	5,8%
Lucro bruto	61,3	68,7	-10,8%	67,7	-9,5%	198,3	205,2	-3,4%
Receitas (Despesas) operacionais								
Despesas gerais e administrativas	(9,7)	(12,6)	22,9%	(12,0)	19,0%	(36,4)	(38,4)	5,3%
Equivalência patrimonial	(0,4)	0,6	-170,9%	(0,5)	23,3%	(0,8)	(0,0)	N/A
Gastos exploratórios de óleo e gás	(7,9)	(21,6)	63,2%	(16,0)	50,4%	(34,1)	(71,6)	52,3%
Outras despesas Operacionais	0,3	0,0	N/A	0,0	N/A	0,3	0,0	N/A
Lucro (Prejuízo) operacional	43,5	35,1	24,0%	39,3	10,8%	127,3	95,2	33,8%
Receita (Despesa) financeira líquida	42,2	20,1	109,6%	36,4	15,9%	108,4	60,8	78,2%
Lucro antes dos impostos e contribuição social	85,7	55,2	55,2%	75,7	13,2%	235,7	156,0	51,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	(65,9)	(12,7)	-418,4%	(7,1)	N/A	(118,4)	(34,8)	-239,9%
Lucro líquido	19,9	42,5	-53,3%	68,6	-71,1%	117,3	121,2	-3,2%
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	202,3	140,6	43,9%	82,7	144,6%	442,0	271,3	62,9%
EBITDAX^(*)	61,9	65,3	-5,1%	77,1	-19,7%	211,7	215,2	-1,6%

Alguns percentuais e outros números incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação, podendo, assim, apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas constantes nas informações trimestrais. Ademais, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

(*) O EBITDAX é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais. O cálculo do EBITDA considera o lucro antes do imposto de renda, contribuição social, resultado financeiro e despesas de amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. Tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. É possível que outras empresas calculem o EBITDA de maneira diferente da empregada pela QGEP. Além disso, como medida da lucratividade da Empresa, o EBITDA apresenta limitações por não considerar certos custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos de maneira significativa, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP usa o EBITDA como um indicador complementar de seu desempenho operacional.

- ▶ A receita líquida teve redução de 11,2% totalizando R\$112,1 milhões, devido à queda da produção de gás para 5,0 milhões de m³/dia, comparada a 5,9 milhões de m³/dia no mesmo período do ano anterior. A queda na receita foi atenuada pelo aumento contratual no preço do gás ocorrido em janeiro de 2015.
- ▶ Receita líquida teve queda de 4,5% para R\$362,7 milhões, um reflexo da redução da produção de gás de Manati, de uma média de 5,9MM de m³/dia no 9M14 para 5,5MM de m³/dia. A receita teve uma queda menos expressiva do que a produção em função do aumento contratual do preço, efeito similar ao do terceiro trimestre.

Comentário do Desempenho

11 de novembro de 2015

- ▶ Os custos operacionais apresentaram uma redução de 11,8% no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. As contas de amortização, royalties, participação especial e P&D apresentaram custos menores que no 3T14, enquanto os custos de produção e manutenção foram maiores.
 - Os custos de amortização tiveram uma queda de 38,3% em função da assinatura do aditivo ao contrato de venda de gás de Manati, o que levou ao aumento da reserva provada (1P) de gás considerada para o cálculo da depreciação.
 - Os custos de produção aumentaram 33,8% com a entrada em operação da estação de compressão. Os custos relativos a esta estação totalizaram R\$4,2 milhões no 3T15, referente a aproximadamente um mês e meio de operação.
 - Royalties, Participação Especial e P&D apresentaram uma redução em função da menor produção registrada no trimestre comparada a igual período do ano anterior.

Custos operacionais (R\$ milhões)

	3T15	3T14	Δ%	9M15	9M14	Δ%
Custos de produção	17,7	13,2	33,8%	42,8	39,8	7,5%
Custos de manutenção	3,0	2,2	36,5%	7,8	8,5	-7,6%
Amortização	17,4	28,2	-38,3%	72,3	84,3	-14,3%
Royalties	8,6	9,8	-11,9%	27,7	29,2	-5,4%
Participação especial	1,3	2,8	-55,4%	5,8	8,6	-32,8%
P&D	1,3	1,4	-8,7%	4,0	4,1	-1,3%
Outros	1,6	-	N/A	4,0	-	N/A
TOTAL	50,8	57,6	-11,8%	164,3	174,5	-5,8%

- ▶ Gastos exploratórios totalizaram R\$7,9 milhões, comparado a R\$21,6 milhões no 3T14 e R\$16,0 milhões no 2T15. Essa queda é resultado da redução de despesas relativas à aquisição e processamento de dados sísmicos para os blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP.
- ▶ Gastos exploratórios tiveram uma redução de 52,3%, totalizando R\$34,1 milhões. A queda é explicada pela maior base de comparação nos 9M14, quando a Companhia contabilizou a baixa referente à devolução do bloco Biguá para a ANP, aliada a despesas relativas à aquisição de dados sísmicos para os blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP.
- ▶ Despesas gerais e administrativas reduziram para R\$9,7 milhões no 3T15, ante R\$12,6 milhões no 3T14 e R\$12,0 milhões no 2T15, devido a uma combinação (i) do aumento na alocação de custos para os projetos operados pela QGEP e (ii) redução de provisão para participação nos lucros anuais.
- ▶ O resultado financeiro foi de R\$42,2 milhões no 3T15, superior aos R\$20,1 milhões no 3T14 e aos R\$36,4 milhões no 2T15. Este resultado é impactado pela variação cambial e aumento nas taxas de juros do Brasil. Em relação ao câmbio, nota-se o efeito combinado (i) do ganho na rentabilidade do fundo cambial exclusivo no qual a Companhia aloca 39,2% de seus recursos como parte da sua política de gestão de riscos de mercado, bem como (ii) da variação cambial
- ▶ O resultado financeiro foi de R\$108,4 milhões, 78,2% superior ao 9M14, decorrente da valorização do dólar e do aumento das taxas de juros no Brasil, efeito similar ao do terceiro trimestre de 2015.

Comentário do Desempenho

11 de novembro de 2015

BALANÇO PATRIMONIAL

	3T15	2T15	Δ%
Ativo			
Circulante	1.474,2	1.438,3	2,5%
Caixa e equivalente de caixa	171,3	187,3	-8,5%
Aplicações financeiras	1.107,2	991,1	11,7%
Contas a receber	91,2	99,8	-8,6%
Créditos com parceiros	22,4	68,9	-67,5%
Estoques	53,5	54,5	-1,9%
Impostos e contribuição a recuperar	22,5	27,4	-17,9%
Outros	6,0	9,2	-34,7%
Não Circulante	2.139,1	2.025,3	5,6%
Caixa restrito	75,2	63,0	19,4%
Aplicações financeiras	128,4	124,0	3,5%
Partes Relacionadas	5,5	5,9	-5,7%
Impostos a recuperar	3,8	2,7	40,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3,9	5,5	-29,6%
Investimentos	114,7	62,8	82,6%
Imobilizado	1.175,8	1.129,9	4,1%
Intangível	629,6	629,9	-0,1%
Outros ativos não circulantes	2,2	1,5	46,3%
TOTAL DO ATIVO	3.613,3	3.463,6	4,3%
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante	201,7	192,5	4,8%
Fornecedores	51,7	105,8	-51,2%
Impostos e contribuição a recolher	103,9	47,8	117,1%
Remuneração e obrigações sociais	7,9	8,1	-3,1%
Contas a pagar - Partes Relacionadas	0,4	0,4	8,9%
Empréstimos e financiamentos	3,5	0,4	N/A
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	16,3	15,0	8,8%
Seguros a pagar	8,5	4,7	79,8%
Outros	9,5	10,1	-6,1%
Não Circulante	758,4	675,1	12,3%
Fornecedores	1,5	1,5	0,0%
Obrigações Fiscais a Pagar	0,0	2,1	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	365,7	368,5	-0,7%
Provisão para abandono	388,7	303,0	28,3%
Outras contas a pagar	2,5	0,0	N/A
Patrimônio Líquido	2.653,2	2.596,0	2,2%
Capital social integralizado	2.078,1	2.078,1	0,0%
Outros Resultados Abrangentes	46,3	10,4	344,4%
Reserva de Lucros	456,0	456,0	0,0%
Reserva de Capital	(44,6)	(46,0)	3,2%
Lucro líquido do período	117,3	97,5	20,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.613,3	3.463,6	4,3%

Comentário do Desempenho

11 de novembro de 2015

POSIÇÃO DE CAIXA (CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS) E ENDIVIDAMENTO

Ao final do 3T15, a Companhia possuía um saldo de caixa total de R\$1,4 bilhão.

Em 30 de setembro de 2015, R\$551,5 milhões do caixa da QGEP estava investido em fundos cambiais e em investimentos no exterior, com vistas a proteger suas obrigações de médio prazo denominadas em dólar.

O saldo remanescente é investido em instrumentos denominados em Real. Em setembro de 2015, o retorno médio anual desses investimentos era de 102,2% do CDI e 87,4% dos fundos tinha liquidez diária. Do total de investimentos, 99,9% estão aplicados em bancos com rating triplo A.

O endividamento total em 30 de setembro de 2015 foi de R\$369,3 milhões. Esses empréstimos consistiam de R\$253,4 milhões oriundos do pacote de financiamento da Companhia junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e R\$117,9 milhões de uma linha de crédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Os recursos tomados com a FINEP fazem parte de um pacote de financiamento que visa a dar suporte ao desenvolvimento do SPA do Campo de Atlanta, e consiste de duas linhas de crédito, uma à taxa fixa de 3,5% ao ano, e outra à taxa flutuante ligada à TJLP. Ambas têm período de carência de três anos e prazo de pagamento de sete anos. A QGEP conta com uma linha de crédito total com a FINEP de R\$266,1 milhões.

O financiamento do BNB é destinado à exploração dos ativos da Companhia no Nordeste. O empréstimo, cujo custo é de 4,71% ao ano e bônus de adimplência de 15%, possui um período de carência de cinco anos e período de amortização de sete anos.

A posição de caixa líquida da Companhia em 30 de setembro de 2015 era de R\$1,0 bilhão.

Comentário do Desempenho

11 de novembro de 2015

FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (R\$ milhões)

	3T15	3T14	Δ%	9M15	9M14	Δ%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do período	19,9	42,5	-53,3%	117,3	121,2	-3,2%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:						
Equivalência Patrimonial	0,4	(0,6)	170,9%	0,8	0,0	N/A
Amortização de gastos de exploração e desenvolvimento	18,3	29,0	-36,8%	75,0	87,1	-13,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,6	(0,7)	322,2%	15,5	17,9	-13,2%
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	4,1	3,0	35,8%	10,5	4,7	120,5%
Baixa de imobilizado	0,1	0,3	-76,3%	0,2	32,2	-99,3%
Provisão para plano de opção de ações	1,5	2,0	-27,1%	4,8	7,0	-31,1%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(64,2)	(13,4)	-378,0%	(102,9)	(16,9)	N/A
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	1,3	0,8	67,7%	3,6	3,1	16,1%
Variação cambial sobre provisão para abandono	85,6	25,4	237,6%	126,5	21,3	N/A
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	62,7	53,3	17,8%	13,2	98,0	-86,5%
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	71,0	(0,9)	N/A	177,4	(104,3)	270,2%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	202,3	140,6	43,9%	442,0	271,3	62,9%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(254,2)	(213,1)	-19,3%	(507,9)	(425,1)	-19,5%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	0,0	0,0	N/A	79,2	(58,5)	235,3%
AJUSTES ACUMULADOS NA CONVERSÃO						
	35,9	2,5	N/A	40,9	1,1	N/A
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa						
	(16,0)	(69,9)	77,1%	54,2	(211,2)	125,6%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	187,3	216,4	-13,4%	117,2	357,8	-48,7%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	171,3	146,5	16,9%	171,3	146,5	-23,3%
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(16,0)	(69,9)	77,1%	54,2	(211,2)	125,6%

Notas Explicativas

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

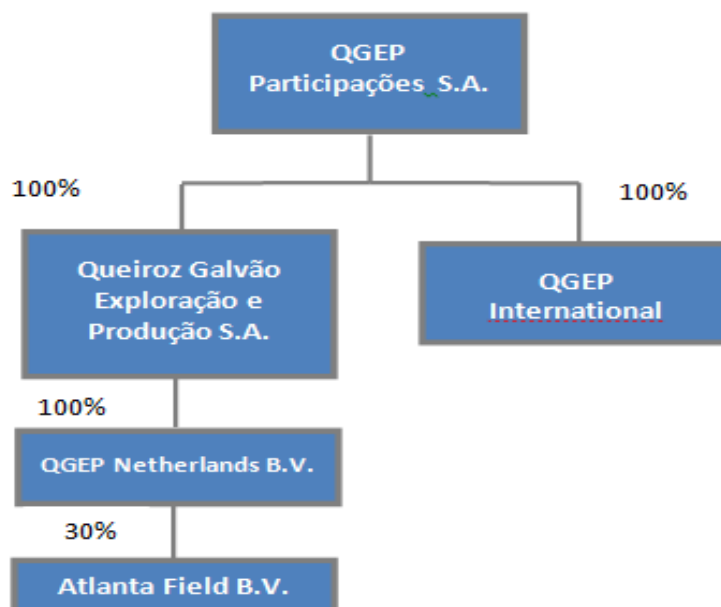
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Estrutura societária

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301, Rio de Janeiro (“Companhia” ou “QGEPP”) tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) foi constituída em 16 de outubro de 2009 e tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de janeiro de 2013, foi constituída a QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP tendo como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Em 2 de novembro de 2012, foi constituída pela QGEP a sociedade Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., tendo como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. Em 21 de fevereiro de 2013, a OGX Netherlands Holding B.V e a FR Barra 1S.àr.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV através de aumento de capital, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. A QGEP B.V., nesta mesma data, passou a deter participação de 30% na AFBV.

Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP International GmbH (“QGEP International”), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEP tendo como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

Histórico Operacional:

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (“E&P”) são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas, são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Em 30 de setembro de 2015, o Grupo apresenta em seu portfólio a participação em treze concessões de E&P localizadas na porção offshore da Margem Continental brasileira (nota explicativa 21). Todas as concessões pertencem a controlada QGEP.

Na concessão BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, que se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. Na concessão BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva, que se encontram em desenvolvimento da produção.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira). Desde agosto de 2015 a estação de compressão de Manati foi conectada ao sistema. A estação está agora em plena operação e a capacidade de produção já retornou ao patamar de 6,0 milhões de m³/dia.

No quarto trimestre de 2014, a ANP aprovou o Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) do Bloco BM-J-2. O bloco está localizado em águas rasas da Bacia de Jequitinhonha, e a QGEP é a operadora com 100% de participação. No âmbito deste Plano, a QGEP compromete-se a realizar o reprocessamento sísmico e a reinterpretação geológica do Bloco. Essas atividades deverão ser concluídas até o final do exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, quando se tomará a decisão sobre os próximos passos do projeto. O PAD relacionado à Notificação de Descoberta protocolada na ANP em agosto de 2013 foi baseado na identificação de potenciais zonas de interesse na seção pré-sal do poço Alto de Canavieiras (1-QG-5A-BAS).

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Na Concessão BM-S-8 tivemos no primeiro semestre de 2015 a perfuração do poço Carcará Norte (3-SPS-105), localizado aproximadamente a 5 km do poço descobridor. Esse poço comprovou as previsões e mostrou a existência de coluna de petróleo e gás, em reservatórios conectados do pré-sal. Pelos dados de pressões, comprova-se que esse poço está na mesma acumulação do poço Carcará (1-SPS-86B). A mesma sonda que perfurou esse poço perfurou o Carcará NW (3-SPS-104DA) no final de setembro de 2015. Através de medições de pressão, observa-se que a seção de reservatórios se mostrou totalmente conectada à coluna de óleo dos dois primeiros poços. Ainda no quarto trimestre de 2015 poderemos ter os resultados dos testes (TFRs) do poço Carcará Norte.

O Bloco BS-4 engloba os Campos de Atlanta e Oliva, cujo desenvolvimento já está em andamento. O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, a 17 km do Campo de Oliva. No primeiro semestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os dois primeiros poços horizontais do Sistema de Produção Antecipada (SPA) no Campo de Atlanta foram perfurados e completados. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram assinados os contratos de afretamento e operação da unidade de produção (FPSO - unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência) Petrojarl I para desenvolver o Campo por meio do SPA. O navio contratado está sendo adaptado, na Holanda, de acordo com nossas especificações, com previsão de entrega no Campo no primeiro semestre de 2016 e início de produção em meados do mesmo ano. O CAPEX total estimado para o SPA é de USD 733 milhões, sendo USD 220 milhões líquidos para a QGEP. Este montante é referente a um sistema com três poços produtores, com opção de perfuração do terceiro poço em meados de 2016. Até 30 de setembro de 2015, a QGEP já havia desembolsado USD 146 milhões do CAPEX total do SPA.

Já o Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Oliva, aprovado em 21 de agosto de 2013, prevê a perfuração de um poço de Aquisição de Dados de Reservatório no exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, seguido de um teste de forma a comprovar a estimativa de reservas e a tomada de decisão para o modelo de desenvolvimento do Campo.

As concessões adquiridas na 11ª rodada de licitação da ANP, nas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Ceará, Pernambuco-Paraíba e Espírito Santo, estão em fase de aquisição ou de processamento da sísmica 3D. O total acumulado gasto até 30 de setembro de 2015 é de R\$35.686. A programação para perfuração de poços, onde temos o compromisso no primeiro período, deverá ocorrer nos exercícios de 2017 e 2018.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB;

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como aquelas emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o período estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, conforme aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras trimestrais das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 30 de setembro de 2015, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	País de operação	Controle	Porcentagem de participação - %	
			30/09/2015	31/12/2014
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP International	Áustria	Direto	100%	100%
QGEP B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.4. Participações em negócios em conjunto (“*joint venture*”)

Uma “*joint venture*” é um acordo contratual através do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “*joint venture*” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de operação	Controle	Tipo de negócio	Porcentagem de participação - %	
				30/09/2015	31/12/2014
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (<i>Joint venture</i>)	30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, principalmente na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados e, dependendo da fase da campanha (exploratória ou desenvolvimento), esses materiais são reclassificados de estoques para imobilizado ou ao resultado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (Nota explicativa 7).

2.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.9. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “Exploration for and evaluation of mineral resources”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).
- Para transações de *farm-in* em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (“*Farmor*”) e/ou “carrego”: esses gastos compromissados são refletidos nos registros contábeis quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento de produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do período.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de impairment dos mesmos através do método dos fluxos de caixa esperados pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil. Premissas como reservas, câmbio, taxa de desconto e preço do barril são considerados no modelo de teste de impairment.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as premissas financeiras tais como taxas de desconto e efeitos cambiais utilizadas no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do período.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.9, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Sendo aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 30 de setembro de 2015, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.11. Gastos associados às joint operations de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos. Essas cobranças ocorrem mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos totais já incorridos na operação, faturados ou não pelos fornecedores e relatados aos parceiros através do relatório *billing statement*. Essas estimativas de desembolsos são comparadas ao saldo das contas-correntes mantidas para os gastos das *joint operations* e as diferenças são cobradas dos parceiros através de *cash calls*.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 15).

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.14. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Impostos e contribuições a recolher, subgrupo obrigações legais”, no passivo não circulante, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

2.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

2.17. Incentivos fiscais

2.17.1. Federais

Por possuir o Campo de Manati que está localizado na área de abrangência da Sudene, a QGEP, detém, o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, começando a usufruir deste benefício desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Na investida operacional QGEP, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Nas subvenções de investimento é necessário observar as restrições previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.17.2. Estaduais

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural por estar realizando um investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida operacional QGEP, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais - subvenção para investimentos” no patrimônio líquido.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Nas subvenções de investimento é necessário observar as restrições previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 24iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.21. Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.21.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado), debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.21.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.21.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.21.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.22. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.22.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.22.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.23. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta sediada na Holanda, a controlada direta sediada na Áustria e a controlada em conjunto, também sediada na Holanda, utilizam o dólar norte americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.23.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.24. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.26. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico/ diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 9 / CPC 14	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2018
IFRS 14	Contas de diferimento regulatório	1º de janeiro de 2016
IFRS 15	Receita de contrato com clientes	1º de janeiro de 2018

- b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas a seguir relacionadas, referentes às informações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015 ou em períodos subsequentes.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u>
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	1º de fevereiro de 2015

A Companhia avaliou que as mesmas não possuem um efeito relevante sobre as suas informações e demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 30 de setembro de 2015 é de R\$75.221 (caixa restrito). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 9.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 23 e 24 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio, volume de produção, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 15). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de impairment)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar na data base de apresentação quanto a Companhia desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos das premissas financeiras tais como taxas de desconto e efeitos cambiais, considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 16).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.9. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, indicadores financeiros e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do período com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual da Companhia, e as diretrizes da Lei nº 10.101/2001, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e depósitos bancários	7	1	38.408	17.444
CDB's e <i>time deposits</i>	-	-	99.831	69.548
Fundo de investimento exclusivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.104</u>	<u>30.199</u>
Total	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>171.343</u>	<u>117.191</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), investimentos em fundo exclusivo com alta liquidez e *time deposits* de curto prazo, atreladas ao dólar americano (na investida QGEP B.V.). Com exceção dos *time deposits*, a rentabilidade está indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Composição do fundo de investimento exclusivo:

<u>Produto</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CDB/ CDI (pós-fixados)	<u>33.104</u>	<u>30.199</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>33.104</u>	<u>30.199</u>

b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Operações Compromissadas (i)	4.465	2.897	132.843	-
Fundo cambial exclusivo (ii)	-	-	434.734	285.176
Fundo de investimento exclusivo multimercado (ii)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>667.982</u>	<u>726.241</u>
Total	<u>4.465</u>	<u>2.897</u>	<u>1.235.559</u>	<u>1.011.417</u>
Circulante	<u>4.465</u>	<u>2.897</u>	<u>1.107.181</u>	<u>1.011.417</u>
Não circulante (i)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>128.378</u>	<u>-</u>

I. Do valor acima, R\$128.378 são classificados como ativo não circulante e referem-se à aplicação financeira em compromissada, colateral de fiança com vencimento em 2017.

II. A QGEP possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI bem como em fundo cambial exclusivo com o objetivo de atender à política de proteção da empresa com gastos exploratórios e de produção em moeda estrangeira.

As carteiras das aplicações financeiras são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

<u>Produto</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Operações Compromissadas (debêntures)	132.843	2.897
Fundo de investimento exclusivo:		
Operações Compromissadas (debêntures)	70.208	64.003
CDB (pós-fixado CDI)	75.921	86.999
Títulos públicos (LFT/NTN)	334.640	344.887
Fundo cambial - Lastro em Títulos públicos (LFT, NTN e LTN)	434.734	285.176
Letras Financeiras (*)	<u>187.213</u>	<u>227.455</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>1.235.559</u>	<u>1.011.417</u>

(*) Letras Financeiras dos Bancos Alfa, Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, CEF, HSBC, Itaú, Santander e Votorantim.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

c) Rentabilidade

A rentabilidade dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 102,22% da variação da taxa CDI acumulada do período findo em 30 de setembro de 2015 (102,39% em 30 de setembro de 2014).

No período findo em 30 de setembro de 2015, a variação do fundo cambial foi de 51,56% (PTAX 49,57% como benchmark do fundo). No período findo em 30 de setembro de 2014, a variação do fundo cambial foi de 3,59% (PTAX 4,62% como benchmark do fundo).

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem contrato de longo prazo iniciado em 2007 com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira.

Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a controlada QGEP e a Petrobras. O contrato original para a venda de gás previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, com cláusula de *take or pay*. O preço é denominado em Reais e reajustado em bases anuais de acordo com índice contratual. O aditivo eleva o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo os demais termos e condições do contrato original.

Os saldos de contas a receber referem-se basicamente a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são faturados (“cash calls”) ou a serem faturados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Do montante de R\$22.397 registrados em 30 de setembro de 2015, R\$5.781 referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial (denominada “OGX”) e o restante de outros consorciados (R\$16.616). Os montantes em aberto não se encontram vencidos.

Considerando a atual situação da parceira OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP está monitorando este processo visando à mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos dessa consorciada.

7. ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Materiais e insumos	<u>53.511</u>	<u>54.477</u>
Total	<u>53.511</u>	<u>54.477</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

O saldo refere-se basicamente a materiais e insumos necessários à execução da campanha de perfuração exploratória e em desenvolvimento do BS-4.

8. PARTES RELACIONADAS

(i) Transações com parte relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Ativo - não circulante</u>		
Contas a receber - AFBV (a)	<u>5.534</u>	<u>4.878</u>
Total	<u>5.534</u>	<u>4.878</u>

	Consolidado	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Passivo - circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (b)	9	8
Contas a pagar - AFBV (c)	<u>418</u>	<u>328</u>
Total	<u>427</u>	<u>336</u>

	Consolidado			
	<u>01/07/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/07/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas				
(b)	(20)	(66)	(22)	(63)
Venda de ativo imobilizado	-	-	-	12
Receita de serviços (a)	1.627	3.985	-	-

- (a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea*. Estes valores são pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, *pro rata dia*, são cobráveis.
- (b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrados entre a QGEP e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos trimestralmente, em dólares norte-americanos.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitações, conforme mencionado na nota explicativa 21.

A Companhia possui outorga de fiança para garantir o financiamento de 3 poços exploratórios, da QGEP nos blocos BM-CAL-5, BM-CAL-12 e BM-J-2, localizados no nordeste, contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

A QGEPP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB.

A Companhia é garantidora da AFBV junto à Teekay no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1.

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora			
	<u>01/07/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/07/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>
Benefícios de curto prazo	916	2.656	851	2.279
	Consolidado			
	<u>01/07/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/07/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>
Benefícios de curto prazo	1.890	6.294	3.154	8.983
Plano de opção de ações	647	2.284	995	3.603

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 27.

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	16.647	-
Fundo da provisão de abandono (b)	<u>58.574</u>	<u>27.916</u>
Total caixa restrito	<u>75.221</u>	<u>27.916</u>

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 14.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

- (b) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petrobras (fundo de abandono - vide nota explicativa 16) e geridas pelo Bradesco Asset Management. A rentabilidade do fundo foi de 20,13% para o período findo em 30 de setembro de 2015 (8,86% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 4,33 % no período findo em 30 de setembro de 2014).

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Antecipação IR e CS	-	-	-	6.419
IRRF sobre aplicação financeira (a)	62	25	20.393	18.169
Impostos a recuperar (b)	-	-	1.039	1.546
Crédito PIS/COFINS (c)	-	-	4.440	9.722
ICMS sobre aquisições de ativo Imobilizado (d)	-	-	454	490
Total	<u>62</u>	<u>25</u>	<u>26.326</u>	<u>36.346</u>
Circulante	<u>62</u>	<u>25</u>	<u>22.516</u>	<u>33.692</u>
Não circulante	-	-	<u>3.810</u>	<u>2.654</u>

- (a) Em 30 de setembro de 2015, refere-se a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas". Neste período, não houve IRPJ a pagar, por esta razão, o saldo desta conta foi transferido para impostos a recuperar.
- (b) Refere-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, atualizado pela taxa Selic.
- (c) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre insumos e imobilizado.
- (d) Refere-se a crédito de ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado.

10.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
ICMS (a)	-	-	4.881	4.739
PIS/COFINS (a)	2	-	14.755	13.154
Contribuição social (b)	-	-	8.694	-
IRPJ (b)	-	-	68.334	-
IRRF	58	48	861	938
Royalties (c)	-	-	3.368	3.236
Participação especial (c)	-	-	1.278	2.514
Outros (d)	<u>3</u>	-	<u>1.690</u>	<u>1.732</u>
Total	<u>63</u>	<u>48</u>	<u>103.861</u>	<u>26.313</u>
Circulante	<u>63</u>	<u>48</u>	<u>103.861</u>	<u>26.313</u>
Não circulante	-	-	-	-

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

- (a) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati. Quanto ao ICMS, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 17.
- (b) Em 31 de dezembro de 2014 foi apurado saldo negativo de IRPJ e CSLL.
- (c) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na nota explicativa 21.
- (d) Os débitos referem-se ao ISS, tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros (ISS, INSS, PIS, COFINS e CSLL) e CIDE sobre importação de serviços.

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Lucro antes do IR e CSLL	19.852	117.331	42.513	121.170
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(6.750)	(39.893)	(14.454)	(41.198)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	7.056	40.933	14.753	42.157
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(316)	(1.047)	(302)	(966)
Despesas indedutíveis/receita não tributável				
Temporais	10	7	3	7
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 30 de setembro de 2015 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$73.340 e R\$73.341, (R\$70.260 para Prejuízo Fiscal e R\$70.261 para Base Negativa em 31 de dezembro de 2014), sendo que a controladora QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Lucro antes do IR e CSLL	85.718	235.725	55.219	155.998
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(29.144)	(80.147)	(18.774)	(53.039)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Incentivos fiscais (a)	(3.430)	14.049	18.441	33.767
Despesas indedutíveis /receita não tributável, líquidas:				
Permanentes (b)	(663)	(704)	(534)	(3.853)
Temporais (c)	(32.192)	(50.206)	(11.516)	(10.620)
Prejuízos fiscais não ativados (d)	<u>(437)</u>	<u>(1.386)</u>	<u>(323)</u>	<u>(1.083)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(65.866)</u>	<u>(118.394)</u>	<u>(12.706)</u>	<u>(34.828)</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	(64.237)	(102.882)	(13.439)	(16.948)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(1.629)	(15.512)	733	(17.880)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - nota explicativa 2.17.1.
- (b) A principal adição refere-se ao plano de opção de ações e a principal exclusão refere-se ao crédito presumido de ICMS (nota explicativa 2.17.2).
- (c) As principais adições referem-se à amortização da provisão de abandono e a variação cambial da provisão de abandono.
- (d) Refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa holding QGEPP.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em períodos lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Composição ativo fiscal diferido</u>		
Participação nos lucros e resultados	-	4.428
Provisão baixa de poços e devolução de blocos	-	11.689
Provisões diversas	<u>9.140</u>	<u>5.111</u>
Total composição do ativo diferido	<u>9.140</u>	<u>21.228</u>
		<u>Consolidado</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		21.228
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:		
Provisões a pagar - Adições e reversões		(12.088)
Saldo em 30 de setembro de 2015		<u>9.140</u>
<u>Passivo fiscal diferido</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		<u>(1.836)</u>
Exclusões temporais		<u>(3.424)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015		<u>(5.260)</u>

A Companhia estima que o ativo fiscal diferido constituído em 30 de setembro de 2015 será realizado nos próximos 12 meses na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambas suportadas por projeções efetuadas e aprovadas pela Administração (nota explicativa 3.2.3).

10.5. Lei 12.973/2014

A Administração efetuou uma avaliação preliminar das disposições contidas na Lei 12.973/2014 resultante da conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”), e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a Lei 12.973/2014 tenha entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, existia a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração não fez a opção de antecipação tendo em vista entender que não haveria efeitos para a Companhia.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

11.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Direta	QGEP International GmbH	Áustria	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras trimestrais em 30 de setembro de 2015 para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas são (em R\$):

	QGEP	QGEP International	QGEP B.V.	AFBV
	R\$	R\$	R\$	R\$ (*)
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.648.755	(2)	167.791	382.451
Resultado do período	120.928	(542)	(1.259)	(2.675)
Ativo total	3.613.424	32	168.301	389.091
Passivo total	964.671	36	511	6.641
Receita líquida	362.670	-	-	3.520

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da QGEP apresentada nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas é como segue:

	Controladora			Consolidado
	QGEP	QGEP International	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.522.744	28	2.522.772	22.843
Aumento de capital	-	520	520	66.541
Plano de opção de ações	4.813	-	4.813	-
Pagamento de dividendos (a)	(40.599)	-	(40.599)	-
Ajustes acumulados de conversão	40.869	(12)	40.857	26.150
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>120.928</u>	<u>(538)</u>	<u>120.390</u>	<u>(799)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>2.648.755</u>	<u>(2)</u>	<u>2.648.753</u>	<u>114.735</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

- (a) No dia 12 de março de 2015, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$40.599. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 17 de abril de 2015 e os dividendos foram pagos em 5 de maio de 2015 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.
- (b) Resultado apurado pelas investidas no período findo em 30 de setembro de 2015.

12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado			
		30/09/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Segmento corporativo					
Móveis e utensílios	10%	2.698	(638)	2.060	2.035
Veículos	20%	1.391	(428)	963	866
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(2.182)	1.925	2.623
Instalações	10%	1.556	(227)	1.329	1.552
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	2.520	(1.387)	1.133	1.246
Imóveis	4%	6.363	(131)	6.232	6.321
Terrenos	-	174	-	174	173
Subtotal		<u>18.809</u>	<u>(4.993)</u>	<u>13.816</u>	<u>14.816</u>
Segmento de <i>upstream</i>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	477.522	-	477.522	421.989
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(11.969)	4.875	1.264
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		299.853	-	299.853	265.632
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás (iii)		<u>1.012.573</u>	<u>(632.877)</u>	<u>379.696</u>	<u>417.683</u>
Subtotal		<u>1.806.792</u>	<u>(644.846)</u>	<u>1.161.946</u>	<u>1.106.568</u>
Total		<u>1.825.601</u>	<u>(649.839)</u>	<u>1.175.762</u>	<u>1.121.384</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.
- (v) Foram capitalizados ao imobilizado até o período findo em 30 de setembro de 2015 R\$17.880 de encargos financeiros (R\$7.452 em 31 de dezembro de 2014), referentes aos financiamentos do FINEP e BNB. As taxas relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 14.

Custo	Consolidado					
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2013	12.385	456.509	16.844	103.112	956.001	1.544.851
(+) Adições do exercício	9.229	31.310	(a) -	162.520	(b) 18.690	(c) 221.749
(-) Baixas do exercício	(3.468)	(65.830)	(d) -	-	-	(69.298)
Saldo em 31/12/2014	<u>18.146</u>	<u>421.989</u>	<u>16.844</u>	<u>265.632</u>	<u>974.692</u>	<u>1.697.303</u>
(+) Adições do período	874	55.533	(e) -	34.221	(f) 56.819	(g) 147.447
(-) Baixas do período	(211)	-	-	-	(18.938)	(h) (19.149)
Saldo em 30/09/2015	<u>18.809</u>	<u>477.522</u>	<u>16.844</u>	<u>299.853</u>	<u>1.012.573</u>	<u>1.825.601</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2014, as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se: (a) adições no BM-J-2 e BM-S-8, (b) adições no BS-4, que incluem gastos com serviços de perfuração, (c) adições no Campo de Manati e (d) Baixa do poço Biguá e do poço de extensão de Carcará, ambos localizados no Bloco BM-S-8, baixa do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 e baixa do BM-CAL-5.

Em 30 de setembro de 2015, as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se: (e) adições no BM-S-8, (f) adições no BS-4, (g) adições no Campo de Manati (Campo de compressão – nota explicativa 1) e (h) reversão da provisão de abandono no Campo de Camarão Norte (nota explicativa 16).

<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Depreciação imobilizado corporativo</u>	<u>Amortização gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2013	(2.420)	(13.826)	(445.146)	(461.392)
(-) Adições do exercício	(2.620)	(1.754)	(111.863)	(116.237)
(+) Baixas do exercício	<u>1.710</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.710</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(3.330)</u>	<u>(15.580)</u>	<u>(557.009)</u>	<u>(575.919)</u>
(-) Adições do período	(1.789)	(1.084)	(71.173)	(74.046)
(+) Baixas do período	126	-	-	126
(+ -) Transferências	<u>-</u>	<u>4.695</u>	<u>(4.695)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30/09/2015	<u>(4.993)</u>	<u>(11.969)</u>	<u>(632.877)</u>	<u>(649.839)</u>

13. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Taxa de depreciação	Custo	Amortização	30/09/2015	31/12/2014
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	96.324	-	96.324	96.324
Software	20%	<u>7.647</u>	<u>(3.804)</u>	<u>3.843</u>	<u>4.747</u>
Total		<u>633.370</u>	<u>(3.804)</u>	<u>629.566</u>	<u>630.470</u>

Custo e amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2013	529.399	97.675	4.276	631.350
(+) Adições (custo)	-	-	1.840	1.840
(-) Baixas (custo) (iii)	-	(1.351)	-	(1.351)
(-) Adições (amortização)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.369)</u>	<u>(1.369)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>529.399</u>	<u>96.324</u>	<u>4.747</u>	<u>630.470</u>
(+) Adições (custo)	-	-	223	223
(-) Adições (amortização)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.127)</u>	<u>(1.127)</u>
Saldo em 30/09/2015	<u>529.399</u>	<u>96.324</u>	<u>3.843</u>	<u>629.566</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000) e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Não estão sendo amortizados, pois os campos ainda estão em fase de desenvolvimento.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 21).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, as baixas referem-se ao bônus de assinatura do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 no montante de R\$205 e do Bloco BM-CAL-5 no montante de R\$1.146. A decisão foi tomada em função da baixa atratividade indicada por estudos de viabilidade técnica e econômica dessas áreas.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

	30/09/2015	31/12/2014	Consolidado		
			Encargos	Forma de pagamento – juros	Vencimento
<u>Moeda nacional</u>					
BNB - Banco do Nordeste	117.967	-	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Jul/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos:					
Subcrédito A	124.277	124.289			
Subcrédito B	<u>129.131</u>	<u>128.936</u>			
	<u>253.408</u>	<u>253.225</u>	Subcrédito A: 3,5% a.a	Mensal	Até Set/2023
			Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
Total	<u>371.375</u>	<u>253.225</u>			
Circulante	3.524	387			
Não circulante	<u>367.851</u>	<u>252.838</u>			
Total consolidado	<u>371.375</u>	<u>253.225</u>			
<u>Descrição</u>	<u>Set-15</u>				
TJLP anual	<u>6,5%</u>				

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de SPREAD, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2014	253.225
(+) Liberação de principal	117.835
(+) Adições de juros	10.465
(-) Amortização de juros	(9.953)
(-) Outras taxas	<u>(197)</u>
Saldo final em 30/09/2015	<u>371.375</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	(2.112)
Saldo final em 30/09/2015	<u>369.263</u>
Circulante	<u>3.524</u>
Não circulante	<u>365.739</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>30/09/2015</u>
2016	9.076
2017	35.695
2018	35.695
2019 a 2026	<u>287.385</u>
Total	<u>367.851</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 9). Caso os três projetos envolvidos na dívida sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato preve a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

15. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais referentes a 30 de setembro de 2015.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais são:

IMA

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$779.

IRRF e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos realizados em 2008 e 2009, e não recolhimento de IRRF e CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamento realizado em 2010. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 e 2009, montam aproximadamente a R\$20.091, e os valores em discussão referentes ao afretamento realizado em 2010 montam a aproximadamente R\$250.

Contratos com a QGOG

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda relacionados a estes contratos com a QGOG, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o período findo em 30 de setembro de 2015, conforme notas explicativas 2.9 e 3.2.5. Em 30 de setembro de 2015, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção e possuem premissas financeiras tais como taxas de desconto e taxas de câmbio.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Movimentação da provisão para abandono no período findo em 30 de setembro de 2015:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	281.099
Reversão de provisão (a)	(18.938)
Variação cambial e outros	<u>126.526</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>388.687</u>

- (a) Em maio de 2015 a Companhia, juntamente aos seus parceiros reavaliou a provisão de abandono referente ao Campo de Camarão Norte e efetuou a reversão do montante de R\$18.938.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/07/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/07/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>
Receita bruta	<u>140.719</u>	<u>456.481</u>	<u>159.264</u>	<u>478.919</u>
PIS	(2.240)	(7.270)	(2.556)	(7.684)
COFINS	(10.316)	(33.486)	(11.773)	(35.387)
ICMS	(15.778)	(51.212)	(17.850)	(53.479)
Crédito presumido ICMS (*)	3.156	10.242	3.570	10.696
ISS	(81)	(199)	-	-
Descontos - reduções contratuais	<u>(3.355)</u>	<u>(11.885)</u>	<u>(4.357)</u>	<u>(13.297)</u>
Total de deduções	<u>(28.614)</u>	<u>(93.810)</u>	<u>(32.966)</u>	<u>(99.151)</u>
Receita líquida	<u>112.105</u>	<u>362.671</u>	<u>126.298</u>	<u>379.768</u>

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.17.2 - Reserva de incentivos fiscais.

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1. Custos

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/07/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/07/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/09/2014</u>
Custos de extração	(22.231)	(54.613)	(15.353)	(48.285)
Royalties e participação especial	(9.894)	(33.441)	(12.628)	(37.834)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.312)	(4.022)	(1.437)	(4.077)
Amortização e depreciação	<u>(17.387)</u>	<u>(72.257)</u>	<u>(28.189)</u>	<u>(84.344)</u>
Total	<u>(50.824)</u>	<u>(164.333)</u>	<u>(57.607)</u>	<u>(174.540)</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

18.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Pessoal	(916)	(2.660)	(851)	(2.282)
Serviços contratados de terceiros	(74)	(324)	(94)	(288)
Impostos e taxas	-	(3)	-	(11)
Anúncios e publicações	(4)	(299)	(4)	(335)
Outras despesas	<u>(35)</u>	<u>(115)</u>	<u>(43)</u>	<u>(131)</u>
Total	<u>(1.029)</u>	<u>(3.401)</u>	<u>(992)</u>	<u>(3.047)</u>

	Consolidado			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Pessoal	(14.294)	(45.630)	(16.635)	(48.056)
Serviços contratados de terceiros	(4.021)	(11.379)	(2.881)	(8.566)
Seguros	(659)	(1.589)	(341)	(1.042)
Anúncios e publicações	(4)	(482)	(146)	(882)
Patrocínio	(23)	(142)	(136)	(159)
Serviços compartilhados	(20)	(66)	(22)	(63)
Depreciação	(984)	(2.924)	(1.006)	(2.955)
Manutenção	(865)	(2.529)	(528)	(1.416)
Locação	(676)	(2.135)	(993)	(2.834)
Outras despesas	(618)	(2.015)	(1.501)	(3.643)
Alocação de projetos E&P (a)	<u>12.450</u>	<u>32.470</u>	<u>11.595</u>	<u>31.172</u>
Total	<u>(9.714)</u>	<u>(36.421)</u>	<u>(12.594)</u>	<u>(38.443)</u>

(a) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos Blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

19. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
<u>Gastos exploratórios</u>				
Baixa de Poços	(69)	(9.360)	(1.169)	(33.078)
Aquisição/processamento de sísmica	(2.696)	(10.501)	(12.811)	(26.438)
Gastos com geologia e geofísica	(1.187)	(3.041)	(2.365)	(4.075)
Despesas gerais e administrativas	(1.002)	(3.068)	(1.094)	(2.840)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(292)	(2.030)	(119)	(243)
Serviços de perfuração	(506)	(1.487)	(285)	(411)
Licenciamento ambiental	(453)	(1.131)	-	-
Interpretação geológica	(155)	(766)	-	-
Gastos com logística	(36)	(147)	-	-
Estudos de geoquímica	(514)	(1.274)	-	-
Outros	<u>(1.028)</u>	<u>(1.330)</u>	<u>(3.746)</u>	<u>(4.527)</u>
Total	<u>(7.938)</u>	<u>(34.135)</u>	<u>(21.589)</u>	<u>(71.612)</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Rendimento das aplicações financeiras	128	346	114	228
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1)</u>	<u>(4)</u>
Total	<u>128</u>	<u>342</u>	<u>113</u>	<u>224</u>

	Consolidado			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Rendimento das aplicações financeiras (*)	128.071	235.440	45.590	72.482
Despesas financeiras	(354)	(950)	(11)	(242)
Variação cambial sobre provisão para abandono	(85.648)	(126.209)	(25.373)	(11.416)
Variação cambial - Outros	<u>142</u>	<u>162</u>	<u>(65)</u>	<u>13</u>
Total	<u>42.211</u>	<u>108.443</u>	<u>20.141</u>	<u>60.837</u>

(*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente americana para fundo cambial (nota explicativa 4).

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	Geopark	10
				Brasoil	10
				OGX	40
				Barra Energia	30
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
Exploração	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	EP Energy(i)	20
				Petrobras (operador)	66
Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Petrogal	14	
			Barra Energia	10	
Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	10	
			Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	
				Premier Oil	35
				Pacific Brasil	35
					30

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				Statoil Brasil (operador)	40
				Petrobras	40
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				Statoil Brasil (operador)	40
	Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
				Pacific Brasil	70
Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	50	
			Pacific Brasil	50	
Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	25	
			Total (operador)	40	
			OGX	35	
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-894	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
			Petra Energia	70	
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-896	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
			Petra Energia	70	

(i) Em processo de transferência pela ANP para a Petrobras.

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MMR\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
BM-J-2	-	2002	855	371,5	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-372	6,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722,400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721,200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	48,9	2013	18.945	768,500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766,300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	27,8	2013	14.182	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	9,0	2013	12.562	721,2	10%	95,49	190,98	954,9
CE-M-661	33,9	2013	10.116	760,900	10%	31,25	62,50	312,50
BM-S-8	-	2000	-	392,000	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>214,4</u>		<u>96.324</u>					

Em 30 de setembro de 2015, o compromisso remanescente relativo a Programas exploratórios mínimos (“PEM”) das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP (nota explicativa 1), compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada em 2016.

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2017.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Os compromissos com avaliação de descoberta do Bloco BM-S 8 compreendem: (i) perfuração de dois poços (Carcará e Guanxuma) e (ii) a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

- Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No período findo em 30 de setembro de 2015 foram provisionados R\$27.659 (R\$29.228 em 30 de setembro de 2014) de royalties referentes à produção do campo Manati dos quais R\$3.368 (R\$3.236 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No período findo em 30 de setembro de 2015 foram registrados R\$5.782 (R\$8.606 em 30 de setembro de 2014) de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$1.279 (R\$2.514 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado o montante de R\$451 para o período findo em 30 de setembro de 2015 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$850 em 30 de setembro de 2014).

b) Informações sobre as reservas

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

A reserva de gás estimada comercializável está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo (MMm ³) (não revisado pelos auditores independentes)
Reserva provada estimada pela Gaffney e Cline & Associates em 30/09/2015 (*)	<u>10.698</u>

(*) Montante estimado a partir da reserva certificada em dezembro de 2014 por peritos especialistas, deduzidas das produções mensais até 30/09/2015 e ajustada pelo aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a QGEP e a Petrobras assinado em 16 de julho de 2015 (nota explicativa 5).

c) Garantias

Em 30 de setembro de 2015, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$293.433. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$214.383, operação de desativação do sistema de produção antecipada no Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$63.828 e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$15.222.

A QGEPP é garantidora de parceiro junto à Teekay no montante de USD14,400, referente a 10% das obrigações da AFBV no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1.

22. COMPROMISSOS

Em 30 de setembro de 2015, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos para a campanha exploratória e desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u> <u>em diante</u>
Total de compromissos	<u>60.211</u>	<u>244.112</u>	<u>400.529</u>

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios operados pela QGEP.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	30/09/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	75.221	75.221
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	7	7	38.408	38.408
Contas a receber (i)	-	-	91.190	91.190
Partes relacionadas	-	-	5.534	5.534
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	132.935	132.935
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.235.559	1.235.559
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	59	59	53.140	53.140
Partes relacionadas	-	-	427	427
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	369.263	293.454
	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	27.916	27.916
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	1	1	17.444	17.444
Contas a receber (i)	-	-	101.627	101.627
Partes relacionadas	-	-	4.878	4.878
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	99.747	99.747
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.011.417	1.011.417
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	47	47	35.199	35.199
Partes relacionadas	-	-	336	336
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	250.915	210.452

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformancerisk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	<u>59</u>	<u>59</u>
Total	<u>59</u>	<u>59</u>

	Consolidado				
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 10 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	50.131	1.467	58	1.484	53.140
Partes relacionadas	-	-	427	-	427
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.524</u>	<u>365.739</u>	<u>369.263</u>
Total	<u>50.131</u>	<u>1.467</u>	<u>4.009</u>	<u>367.223</u>	<u>422.830</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,8% em 30 de setembro de 2015 e 95,5% em 31 de dezembro de 2014). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No período findo em 30 de setembro de 2015 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na Nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto os empréstimos e financiamentos estão atrelados a TJLP.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/09/2015</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
CDI anual em 30 de setembro de 2015 (14,13%)	933.760		933.760	933.760	933.760
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) - efetivo		Redução do CDI			
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2015			13,63%	10,22%	6,82%
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras - estimado		Redução do CDI	1.061.031	1.024.877	988.722
Receita estimada em 31 de dezembro de 2015			127.271	91.117	54.692
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015			-	(36.155)	(72.309)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de outubro de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/09/2015</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
CDI anual em 30 de setembro de 2015 (14,13%)	58.574				
Caixa restrito:					
Fundo da provisão de abandono		Redução do CDI	58.574	58.574	58.574
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2015			13,63%	10,22%	6,82%
Fundo da provisão de abandono - estimado		Redução do CDI	66.558	64.290	62.022
Receita estimada em 31 de dezembro de 2015			7.984	5.716	3.448
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015:			-	(2.268)	(4.536)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de outubro de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/09/2015</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - deterioração de 50%</u>
TJLP anual em 30 de setembro de 2015 (6%)					
Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	129.131(b)	Alta da TJLP	129.131	129.131	129.131
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa estimada da TJLP para 31 de dezembro de 2015		Alta da TJLP	6,5%	8,13%	9,75%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2015			8.394	10.628	12.863
Empréstimos e financiamentos- estimado			137.525	139.759	141.994
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2015:			-	2.235	4.470

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre as transações em moeda estrangeira.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte - americano contratadas pela Companhia.

	Risco	Consolidado			
		30/09/2015			
		Cenário provável (a)		Cenário	
	Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)	
Dólar efetivo em 30 de setembro de 2015 (R\$3,97)					
<u>Operação</u>					
Fundo cambial - ativo	Redução do US\$	109.425	434.734	434.734	434.734
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2015			3,40	2,55	1,70
Fundo cambial - estimado			372.045	279.034	186.022
Efeito no resultado e patrimônio líquido na desvalorização do USD em relação ao real:					
Efeito no resultado e patrimônio líquido			(62.689)	(155.701)	(248.712)
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2015			-	(93.011)	(186.022)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de outubro de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil

	Risco	Consolidado			
		30/09/2015			
		Cenário provável (a)		Cenário	
	Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)	
Dólar efetivo em 30 de setembro de 2015 (R\$3,97)					
<u>Operação</u>					
Provisão para abandono - passivo	Alta do US\$	97.835	388.687	388.687	388.687
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2015			3,40	4,25	5,10
Provisão para abandono - estimado			332.638	415.797	498.956
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real					
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização			(56.049)	27.110	110.269
Efeito do incremento da despesa financeira em 31 de dezembro de 2015			-	83.159	166.319

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de outubro de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2015 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 30 de setembro de 2015 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	71.575.162	26,9
Ações em tesouraria	7.954.632	3,0
Administradores	211.232	0,1
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>				
Numerador:				
Lucro líquido do período	19.852	117.331	42.513	121.170
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>257.852</u>	<u>257.852</u>	<u>258.878</u>	<u>258.760</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,08</u>	<u>0,46</u>	<u>0,16</u>	<u>0,47</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 30 de setembro de 2015 as opções de ações não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2015, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2011 a 2015 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014, R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 12/03/2015	Planos de opções de compra de ações 24/02/2014	Planos de opções de compra de ações 14/03/2013	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	12/03/2015	24/02/2014	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	2.334.915	2.373.330	2.120.319	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de período da opção	R\$6,36	R\$8,98	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,96	R\$2,65	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	36,96%	43,36%	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	2,47%	3,84%	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,39%	6,20%	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7	7	7

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

A movimentação das opções de ações existentes em 30 de setembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de período médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>14,70</u>
Concedidas no período - 24/02/2014	<u>2.373.330</u>	<u>8,98</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	<u>8.082.605</u>	<u>13,56</u>
Concedidas no período - 12/03/2015	<u>2.334.915</u>	<u>6,36</u>
Opções em circulação em 30 de setembro de 2015	<u>10.417.520</u>	<u>12,36</u>

O intervalo de preços de período e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de período para as opções exercíveis no período findo em 30 de setembro de 2015 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em set/2015	Maturidade em anos	Preço de período	Opções exercíveis em set/2015	Preço de período médio (*)
Plano 2015	2.334.915	7	6,36	-	6,36
Plano 2014	2.373.330	7	8,98	474.666	9,67
Plano 2013	2.120.319	7	12,83	1.060.160	14,69
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	550.000	15,81
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	1.941.517	17,40
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	1.097.439	24,48

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor (“INPC”).

Para o período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$4.813, sendo R\$406 da 1ª outorga do plano de 2012, R\$147 da 2ª outorga do plano de 2012, R\$1.354 da outorga do plano de 2013, R\$1.600 da outorga do plano de 2014 e R\$1.306 da outorga do plano de 2015, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal. A redução do saldo em 30 de setembro de 2015 quando comparado com os reflexos de 2014 deve-se à revisão das premissas referentes a “service conditions” dos respectivos planos de outorgas dos exercícios anteriores, tais como estimativa de exercício de opção considerando a saída de determinados executivos passíveis de exercerem suas opções, bem como a extinção do Plano referente a 2011 (duração da opção por 3 anos).

iv. Dividendos

O Conselho de Administração propôs a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$38.676. Este montante foi pago em 05 de maio de 2015.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

25. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

<u>Plano</u>	<u>Data de autorização de recompra</u>	<u>Volume recomprado</u>
Plano 2011	24/04//2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>2.120.319</u>	<u>23.601</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>62.500</u>
Outorga de opção de compra de ações 2014	<u>2.245.357</u>	<u>18.507</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>
Outorga de opção de compra de ações 2015	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>30/09/2015</u>
Mínimo	7,88
Médio	10,60
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 30 de setembro de 2015:

Quantidade de ações em tesouraria	7.954.632
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$)	<u>6,12</u>
Valor de mercado (R\$mil)	<u>48.682</u>

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2015 representa 3,0% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

26. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Set-15</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2017	516.213
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2017	<u>1.895.895</u>
Total		<u>2.412.108</u>

Os seguros foram renovados em 2015, com o vencimento das novas apólices para 21 de janeiro de 2017.

27. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$927 em 30 de setembro de 2015 (R\$807 em 30 de setembro de 2014), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores de imobilizado	3.907	6.134
Encargos financeiros capitalizados	<u>17.880</u>	<u>7.452</u>
Total	<u>21.787</u>	<u>13.586</u>

29. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período, exceto em áreas exploratórias que apresentam restrições ambientais em determinados períodos do exercício.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 9 de novembro de 2015.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 07 de outubro de 2015 a QGEPP S.A. através da sua controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. adquiriu participação em dois blocos na 13ª Rodada de Licitações da ANP.

Os blocos adquiridos pela QGEP, SEAL-M-351 e SEAL-M-428, estão localizados entre 80 e 100 km de distância da costa, em águas ultra profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, com área total de 1.512 km². A QGEP adquiriu 100% de participação em ambos os blocos.

A QGEP desembolsará R\$100,0 milhões em bônus de assinatura pela participação nos dois blocos exploratórios, sendo R\$63,9 milhões para o Bloco SEAL-M-351 e R\$36,1 milhões para o Bloco SEAL-M-428, ambos os valores equivalentes ao bônus mínimo requerido na licitação. O investimento em aquisição de dados sísmicos está estimado entre US\$15-20 milhões nos próximos cinco anos.

- (ii) Em 26 de outubro de 2015 a QGEPP através da sua controlada QGEP assinou o contrato para a venda do óleo (COSA - Crude Oil Sales Agreement) para o SPA do Campo de Atlanta com a Shell Western Supply and Trading Ltd. ("Shell"). Esse contrato se refere à parcela de 30% da produção do campo, percentual detido pela QGEP no Consórcio. Os demais consorciados do Campo de Atlanta celebraram o mesmo tipo de acordo comercial com a Shell. O contrato de venda do óleo tem prazo de três anos, podendo ser estendido por mais um ano. A venda do óleo será Free on Board (FOB) no FPSO para a Shell, com mecanismo de preço netback. O início da produção, através de um SPA, está programado para meados de 2016. Nesta primeira fase, o potencial de produção é estimado em 25 mil bbl/d, podendo atingir cerca de 30 mil bbl/d com até três poços de produção, dois dos quais já estão perfurados, equipados com árvore de natal molhada e bomba submersa. O FPSO contratado, Petrojarl I, terá capacidade de armazenar 180 mil bbl.
-

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

QGEP Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITRs, referentes ao trimestre e período findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITRs. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidado do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU John Alexander Harold Auton

Auditores Independentes Contador

CRC 2SP 011.609/O-8

CRC 1RJ 078.183/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 30 de setembro de 2015.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2015.

Lincoln Rumenos Guardado

Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira

Diretor

Sérgio Michelucci Rodrigues

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 30 de setembro de 2015.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2015.

Lincoln Rumenos Guardado

Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira

Diretor

Sérgio Michelucci Rodrigues

Diretor